

FICHA TÉCNICA 5

CUSTOS DE EQUIPAMENTOS

1. DEFINIÇÃO

Consideram-se custos de equipamento as despesas associadas à **compra, aluguer ou arrendamento** dos equipamentos **necessários** para alcançar os objetivos do projeto, mesmo quando adquiridos através de um contrato de serviços externos, e sempre que não estejam incluídos na categoria “2. Custos com instalações e custos administrativos”.

Inclui igualmente o custo da **depreciação** dos equipamentos que, estando já na posse do beneficiário, se utilizam para realizar as atividades do projeto. Estes custos serão imputados **em função do tempo e da sua utilização no projeto**.

O beneficiário deverá assegurar a **sustentabilidade financeira**, garantindo que conta com os recursos financeiros necessários para assumir tanto o custo do investimento como os custos de manutenção da operação.

Esta categoria incluirá unicamente:

- Equipamento de escritório
- Equipamentos e programas informáticos
- Mobiliário e acessórios
- Material de laboratório
- Máquinas e instrumentos
- Ferramentas e dispositivos
- Veículos
- Outros equipamentos específicos necessários para as operações

Se contabilisticamente a avaliação do equipamento inclui as despesas para o seu funcionamento (transporte, instalação, montagem, etc.), estas despesas serão elegíveis e serão amortizadas em conjunto com o equipamento.

Relativamente aos veículos, só poderão ser financiados os que vão ter um fim específico para o projeto diferente do transporte¹.

Aliás, salvo que esteja inequivocamente aprovado no Formulário de Candidatura, em nenhum outro caso será possível considerar como elegível a despesa de um equipamento amortizável, se a data de aquisição se realizar durante os últimos 6 meses de execução do projeto.

¹ Por exemplo, não será elegível um veículo destinado à deslocação de pessoal, embora um veículo com um fim específico no âmbito do projeto possa ser financiado (por exemplo, um camião de combate a incêndios).

2. IMPUTAÇÃO DOS CUSTOS COM EQUIPAMENTOS

Os equipamentos relativamente aos quais se pretenda imputar a despesa devem estar registados no Formulário de Candidatura do projeto, sendo esta uma condição necessária, mas não suficiente.



A primeira pergunta que devemos fazer é se o equipamento se vai destinar à gestão administrativa do projeto, ou se é para a execução das atividades específicas do projeto.

EQUIPAMENTOS PARA A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PROJETO

Não poderão ser certificados na categoria "5. Equipamentos" os equipamentos de escritório, equipamentos e programas informáticos, mobiliário e acessórios dedicados à gestão administrativa do projeto, dado que o seu financiamento está incluído na categoria "2 Despesas de escritório e administrativas", que se reembolsa ao beneficiário com base numa taxa fixa de 15% das despesas do pessoal direto.

EQUIPAMENTOS PARA A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES TEMÁTICAS DO PROJETO

Nos equipamentos que se destinam à execução das atividades temáticas, temos que distinguir entre os bens inventariáveis e não inventariáveis.

A. BENS INVENTARIÁVEIS

1) Aquisição

Será elegível o custo de aquisição daqueles equipamentos que façam parte de um projeto de investimento ou sejam resultado do mesmo, e cuja execução e pagamento

tenham lugar entre as datas de início e fim da operação. Para tal, o equipamento deverá cumprir os seguintes requisitos:

- Constituir em si mesmo o produto principal do projeto, ou ser parte necessária de um elemento piloto/de experimentação indissociável do produto principal aprovado no Formulário de Candidatura², e
- Que o equipamento não seja utilizado para uma finalidade diferente da que se justifica para o projeto, inclusive uma vez finalizado o período de execução do mesmo.

Portanto, o simples facto de um equipamento estar incluído no Formulário de Candidatura não garante que a sua aquisição seja elegível pois, por acréscimo, devem-se poder demonstrar estes dois requisitos.

Os custos associados a estes equipamentos será elegível na sua totalidade (100%) se a sua dedicação for exclusiva, ou numa base *pro rata* se forem utilizados de maneira parcial para o projeto. A base *pro rata* será calculada com base num método equitativo e justificado, e poderá basear-se em critérios como a duração ou a intensidade de uso.

2) Depreciação

Para os restantes equipamentos, que não cumpram os requisitos anteriores, a regra a aplicar será a amortização contabilística, sempre que esteja justificada mediante faturas ou documentos de valor equivalente, se aplique dentro do período de execução da operação e não tenham sido financiados com subvenções públicas.

Os equipamentos de escritório e mobiliário destinados à gestão administrativa dos projetos não poderão ser amortizados (o seu custo já está financiado com 15% de custos de escritório e administrativos). Os restantes equipamentos informáticos, programas e outros equipamentos diretamente relacionados com as atividades dos projetos (como computadores, software específico, aparelhos eletrónicos, aparelhos de fotografia, etc.) poderão ser imputados pelo montante da sua amortização contabilística, proporcionalmente ao tempo de utilização no projeto.

O custo da depreciação será elegível a 100% se o equipamento se dedicar exclusivamente ao projeto, ou com base num cálculo *pro rata* no caso de uma utilização parcial. A base *pro rata* será calculada com base num método equitativo e justificado. Para este cálculo ter-se-ão em conta o número de meses em que o equipamento será utilizado no âmbito do projeto e a percentagem de uso do mesmo durante o referido período.

² A título de exemplo, num projeto de emergências para a aquisição de um posto de comando avançado e sistemas de alerta precoce para a extinção de incêndios em território transfronteiriço, o custo de aquisição seria elegível, dado que, além disso, estes equipamentos não terão um uso diferente depois de concluído o projeto. No entanto, se num projeto de análise de qualidade da água em rios transfronteiriços for necessário adquirir uma máquina de laboratório para efetuar as análises, esta máquina não constitui o objeto principal do projeto e, além disso, pode ser utilizada para esta análise ou para outras investigações, pelo que só seria elegível o custo da sua amortização durante o período de vigência do projeto e proporcionalmente ao tempo dedicado ao projeto.

Como projetos-piloto ou de experimentação poderíamos citar 2 exemplos financiados no POCTEP 14-20: a construção de uma antena para download direto de dados e imagens de satélite em tempo real para a gestão de emergências; ou a conceção e construção de robôs de assistência para o cuidado domiciliário de pessoas idosas, criados em LivingLabs ou em laboratórios de inovação.

O montante da amortização contabilística poderá declarar-se quando se repercuta a amortização na contabilidade da entidade durante o período de imputação, e proporcionalmente ao uso do equipamento no projeto. O sistema de amortização será o que a entidade utilizar.

A amortização contabilística dever-se-á ajustar à legislação nacional:

- NEm Espanha, de acordo com os Artigos 12.1.a) da Lei do Imposto sobre as Sociedades e 4 do Regulamento do Imposto sobre as Sociedades, que registam os coeficientes para a amortização linear
(<https://sede.agenciatributaria.gob.es/Sede/ayuda/manuales-videos-folletos/manuales-practicos/irpf-2020/capitulo-7-rendimientos-actividades-economicas-directa/fase-1-determinacion-rendimiento-neto/amortizaciones-dotaciones-ejercicio-fiscalmente-deducibles/requisitos-generales/coeficientes-amortizacion-lineal.html>);
ou os artigos 5 a 7 do Regulamento do Imposto sobre as Sociedades para outros sistemas de amortização
(<https://sede.agenciatributaria.gob.es/Sede/ayuda/manuales-videos-folletos/manuales-practicos/irpf-2020/capitulo-7-rendimientos-actividades-economicas-directa/fase-1-determinacion-rendimiento-neto/amortizaciones-dotaciones-ejercicio-fiscalmente-deducibles/requisitos-generales/otros-sistemas-amortizacion.html>)
- Em Portugal, de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro.

Dever-se-á preencher uma **Ficha de Imputação de Equipamentos** por cada bem amortizado, assinada pelo beneficiário, em que se declare que a aquisição de tal bem não foi financiada com ajudas públicas. Disponibiliza-se um Modelo de Ficha de Imputação de Equipamentos para uma amortização linear, mas se a entidade beneficiária utilizar outro método de amortização, seja necessário ajustá-la.

Para a depreciação linear, o cálculo do montante da depreciação a ser atribuído é o seguinte:

$$\left(\frac{\text{Custo do equipamento} - \text{Valor Residual}}{\text{Vida útil (meses)}} \right) \times \text{Nº meses} \times \% \text{ imputação}$$

Esta Ficha de Imputação de Equipamentos, sempre que esteja devidamente preenchida, servirá como elemento da pista de auditoria para dar resposta aos seguintes aspetos:

- ✓ Características Técnicas do equipamento adquirido ou arrendado, em linha com os objetivos do projeto
- ✓ Método de cálculo da amortização
- ✓ Método de cálculo do *pro rata*
- ✓ Declaração de que a compra não foi financiada com ajudas públicas

Não poderão ser amortizados equipamentos que tenham sido previamente adquiridos com a ajuda de financiamento público. Para tal, o documento de "Imputação de Equipamentos" deverá ir assinado, declarando-se em tal documento que esta condição é respeitada.

Certifique-se de que preenche a Ficha de imputação de equipamentos, dando resposta a estes elementos da pista de auditoria.

Para se poder declarar o montante da amortização:

- ✓ deverá existir reflexo do mesmo na contabilidade da entidade para o período relativamente ao qual se está a amortizar o equipamento
- ✓ dever-se-á proporcionar o método de cálculo
- ✓ dever-se-á proporcionar a Ficha de Imobilizado

EXEMPLO DE EQUIPAMENTO AMORTIZADO LINEARMENTE

Suponhamos que adquirimos um equipamento de laboratório para a análise da qualidade da água. Pelo facto de ser um equipamento que não constitui o objeto principal do projeto, nem se tratar de parte de um projeto-piloto, tem que ser amortizado.

A dedicação do equipamento ao projeto será de 40%. Os restantes 60% serão utilizados para outros projetos.

O projeto tem data de início de 01/09/2023, e de fim de 30/09/2026.

O equipamento é adquirido em 01/07/2024, pelo que o período máximo de amortização será de 27 meses.

O equipamento custou-nos 20.000 €, a entidade amortiza-o em 10 anos, e tem um valor residual de 2.000 €, pelo que o montante amortizado por mês, de acordo com a contabilidade do beneficiário, é de:

$$(20.000 \text{ €} - 2000 \text{ €})/120 \text{ meses} = 150 \text{ €/mês.}$$

Como vamos imputar ao projeto 40%, a amortização mensal do equipamento no projeto será de 60 €/mês.

Em janeiro de 2025 gravamos a amortização do segundo semestre de 2024:
 $60 \text{ €/mês} \times 6 \text{ meses} = 360 \text{ €}$ de amortização a imputar ao projeto.

A data de execução será 31/12/2023 e a de pagamento também.

IMPORTANTE: a amortização deverá respeitar o ano natural (isto é, não se poderá gravar a amortização correspondente a diferentes exercícios numa única linha de despesa). A data de execução e de pagamento será a do último mês de amortização a imputar.

Se a entidade utilizar um sistema de amortização diferente da amortização linear, ajustar-se-ão os cálculos.

3) Equipamentos alugados ou arrendados através da modalidade renting

Será elegível o aluguer ou arrendamento de equipamentos necessários à execução dos projetos. A despesa será imputável a 100% se os referidos equipamentos forem utilizados exclusivamente para o projeto, ou com base num cálculo pro rata no caso de uma utilização parcial. A base pro rata será calculada com base num método equitativo e justificado, e poderá basear-se em critérios como a duração ou a intensidade de uso³.

Não serão elegíveis os juros da dívida nem outras despesas relacionadas com contratos de arrendamento, incluindo o exercício da opção de compra, a margem do locador, seguros ou juros de custos de refinanciamento.

B. BENS NÃO INVENTARIÁVEIS

Será elegível 100% da aquisição dos bens não amortizáveis (bens de escasso valor, segundo a normativa nacional aplicável) se se trata de bens de dedicação exclusiva ao projeto, ou com base num cálculo pro rata no caso de uma utilização parcial. A base pro rata será calculada com base num método equitativo e justificado, e poderá basear-se em critérios como a duração ou a intensidade de uso.

Elaborar-se-á uma **Ficha de Imputação de Equipamentos** assinada pelo beneficiário em que se **declarará** que os bens não inventariáveis adquiridos vão ser utilizados para o projeto, indicando-se qual a sua proporção e qual é o método de cálculo e a justificação dessa % de imputação.

3. NORMAS ESPECÍFICAS DA CATEGORIA DE DESPESA

Os equipamentos a financiar deverão estar **previstos e aprovados** no Formulário de Candidatura da operação vigente, sem exceções, pelo que os equipamentos não incluídos não serão elegíveis. Poderá ser aceite a substituição de um equipamento previsto por outro de características similares com a mesma finalidade, ou a alteração do número previsto, sempre que se forneça uma justificação objetiva e verificável para dita substituição/alteração.

A aquisição de equipamentos deve cumprir com as especificações da normativa de contratação, os princípios transversais, as regras de Notoriedade, Transparência e Comunicação e os princípios de boa gestão financeira e eficiência-custo do investimento.

Estas despesas serão justificados e reembolsados sobre a base de custo real.

A aquisição de equipamentos de segunda mão será elegível sempre que: não tenha sido recebida outra ajuda de Fundos da UE; o seu preço não supere os custos geralmente aceites no mercado (para o que se deverá fornecer uma avaliação independente); tenham as características técnicas necessárias para a operação e cumpram as normas e as condições aplicáveis.

³ A título de exemplo, como critérios de imputação poder-se-ia utilizar, caso se efetue um pedido de material de laboratório que vai ser utilizado em 2 projetos na mesma proporção, imputar-se-ão 50%; ou caso se trate de material de uso geral de um laboratório, poder-se-á imputar em função da % de imputação das despesas de pessoal dos investigadores dedicados ao projeto.

Não é possível a compra, aluguer ou arrendamento de um equipamento entre beneficiários ou sócios do projeto nem entre empresas com qualquer espécie de vínculo.

1. PISTA DE AUDITORIA

Para efeitos de controlo, os documentos justificativos dos equipamentos que devem fazer parte da **pista de auditoria** são os seguintes:

- ✓ **Processo de contratação completo**, de acordo com a legislação aplicável, assim como as suas eventuais modificações
- ✓ **Instruções de contratação interna**, no caso de entidades não sujeitas às normas de contratação pública
- ✓ **Declaração de ausência de conflito de interesses** (ver modelo)
- ✓ **Ficha contabilística do imobilizado** (só para bens amortizáveis)
- ✓ **Ficha de imputação de equipamentos**

- ✓ **Características técnicas** do equipamento adquirido ou arrendado, em linha com os objetivos do projeto
- ✓ **Método de cálculo da amortização**, se aplicável, e documentos contabilísticos da mesma.
- ✓ **Certificado de dedicação ao projeto dos bens não inventariáveis.**
- ✓ No caso da amortização de equipamentos, **Declaração de que a compra não foi financiada com ajudas públicas**
- ✓
- ✓ **Método de cálculo pro rata**, se aplicável
- ✓ **Fatura** com toda a informação pertinente de acordo com as regras de contabilidade aplicáveis
- ✓ Evidências ou documento contabilístico do **pagamento** da fatura
- ✓ Qualquer elemento que permita comprovar a **existência do equipamento**, assim como a sua ligação e utilização ao projeto
- ✓ Documento que garanta a **sustentabilidade financeira** do investimento, se aplicável
- ✓ Documento que permita verificar que a instituição mantém **registos contabilísticos independentes** ou códigos contabilísticos adequados.
- ✓ Evidências do cumprimento das regras de **Notoriedade, Transparência e Comunicação.**

Não obstante, para os bens não inventariáveis (tais como bens fungíveis, material de laboratório, etc.) não será necessário proporcionar o documento de sustentabilidade financeira nem o método de cálculo da amortização. Nestes casos, como evidência da existência do material adquirido será suficiente um alvará de entrega. Ainda assim, deverá constar claramente na fatura o tipo de material adquirido e a sua relação com o projeto.

Os documentos que constituem a pista de auditoria deverão ser colocados obrigatoriamente no arquivo digital Interreg (entorno CoFFEE).